

**PESA****CAT****PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.**  
**CNPJ-MF 76.527.951/0001-85****BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	2025	2024	2025	2024
	2025	2024	2025	2024					
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	119.772	160.953	119.775	161.000	Fornecedores (Nota 17)	264.264	248.593	264.264	248.593
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	189	5.606	189	5.606	Passivos de Aval (Nota 18)	12.361	9.267	12.361	9.267
Contas a receber de clientes (Nota 8)	219.943	186.788	219.943	186.788	Partes relacionadas (Nota 13)	820	1.772	820	1.772
Estoques (Nota 9)	163.187	227.516	163.187	227.516	Adiantamentos de clientes	18.038	12.339	18.038	12.339
Tributos a recuperar (Nota 10)	28.296	27.468	28.616	27.757	Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	171.270	208.495	171.270	208.495
Adiantamentos a fornecedores	12.357	26.973	12.357	26.973	Passivos de arrendamento (Nota 12)	10.515	1.078	10.515	1.078
Outros ativos (Nota 11)	33.493	37.431	33.558	37.497	Salários e encargos sociais	14.120	15.994	14.120	15.994
	<b>577.237</b>	<b>672.735</b>	<b>577.625</b>	<b>673.137</b>	Tributos a pagar (Nota 20)	2.541	7.234	2.562	7.237
					Dividendos a pagar (Nota 13 (d))	16.899	18.099	16.899	18.099
					Outros passivos	15.020	19.760	15.020	19.760
						<b>525.848</b>	<b>542.631</b>	<b>525.869</b>	<b>542.634</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo tributos a recuperar (Nota 10)	1.712	1.707	1.712	1.707	Passivos de Aval (Nota 18)	151.108	48.236	151.108	48.236
Partes relacionadas (Nota 13)	339.880	321.905	339.880	321.783	Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	252.329	303.934	252.329	303.934
Tributos diferidos (Nota 25)	63.160	33.161	63.160	33.161	Passivos de arrendamento (Nota 12)	88.129	3.199	88.129	3.199
Depósitos judiciais (Nota 21 (b))	61	81	61	81	Provisões para contingências (Nota 21 (a))	13.943	10.972	13.943	10.972
Outros ativos (Nota 11)	81.260	87.542	81.260	87.542	Outros passivos	2.836	690	2.836	690
	<b>486.073</b>	<b>444.396</b>	<b>486.073</b>	<b>444.274</b>		<b>508.345</b>	<b>367.031</b>	<b>508.345</b>	<b>367.031</b>
					<b>Patrimônio líquido (Nota 22)</b>				
Investimentos em controladas (Nota 14)	366	266	64	55	Capital social	170.203	164.803	170.203	164.803
Ativos de direito de uso (Nota 12)	96.812	3.991	96.812	3.991	Ajuste de avaliação patrimonial	(12.951)	(12.951)	(12.951)	(12.951)
Imobilizado (Nota 15)	85.207	89.734	85.207	89.734	Reserva legal	23.304	23.304	23.304	23.304
Intangível (Nota 16)	4.539	5.478	4.539	5.478	Reserva de Incentivos Fiscais	126.816	126.816	126.816	126.816
	<b>186.924</b>	<b>99.469</b>	<b>186.622</b>	<b>99.258</b>	Retenção de lucros	(68.027)	4.966	(68.027)	4.966
						<b>216.041</b>	<b>306.938</b>	<b>216.041</b>	<b>306.938</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.250.234</b>	<b>1.216.600</b>	<b>1.250.320</b>	<b>1.216.669</b>	<b>Participação dos não controladores</b>			<b>65</b>	<b>66</b>
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>216.041</b>	<b>306.938</b>	<b>216.106</b>	<b>307.004</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.250.234</b>	<b>1.216.600</b>	<b>1.250.320</b>	<b>1.216.669</b>

**Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro**  
*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Operações continuadas</b>				
Receita líquida (Nota 24)	1.748.044	1.931.233	1.748.044	1.931.233
Custo dos produtos vendidos, das locações e dos serviços prestados (Nota 25)	(1.463.737)	(1.617.261)	(1.463.737)	(1.617.261)
Lucro bruto	284.307	313.972	284.307	313.972
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas com vendas (Nota 25)	(96.615)	(99.493)	(96.623)	(99.493)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(80.776)	(72.325)	(80.688)	(72.325)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 15)	100	(2)	100	(37)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)	(148.253)	(131.036)	(148.253)	(131.037)
	<b>(325.544)</b>	<b>(302.856)</b>	<b>(325.464)</b>	<b>(302.892)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(41.237)</b>	<b>11.116</b>	<b>(41.157)</b>	<b>11.080</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras (Nota 26)	(138.725)	(97.870)	(138.725)	(97.870)
Receitas financeiras (Nota 26)	53.666	47.972	53.697	47.999
	<b>(85.059)</b>	<b>(49.898)</b>	<b>(85.028)</b>	<b>(49.871)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(126.296)</b>	<b>(38.782)</b>	<b>(126.185)</b>	<b>(38.791)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente (Nota 23)		(11.564)	(21)	(11.571)
Diferido (Nota 23)	29.999	(8.278)	29.999	(8.278)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(96.297)</b>	<b>(58.624)</b>	<b>(96.207)</b>	<b>(58.640)</b>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Companhia			(96.297)	(58.624)
Participação dos não controladores			1	(16)
			<b>(96.296)</b>	<b>(58.640)</b>
<b>Quantidade de ações</b>			107,0	101,6
<b>Lucro (prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício - R\$ (básico e diluído operações continuadas)</b>			(900)	(577)

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
*Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais*

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(96.297)</b>	<b>(58.624)</b>	<b>(96.207)</b>	<b>(58.640)</b>
<b>Outros componentes do resultado</b>				
Total do resultado abrangente do exercício	(96.297)	(58.624)	(96.207)	(58.640)
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Companhia			(96.297)	(58.624)
Participação dos não controladores			1	(16)
			<b>(96.296)</b>	<b>(58.640)</b>
<b>Quantidade de ações</b>			107	101,6
<b>Lucro por ação do capital social no fim do exercício - R\$ (básico e diluído operações continuadas)</b>			(900)	(577)

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	164.803	23.304	126.816	63.590	(12.951)		365.562	82	365.644
Prejuízo do exercício						(58.624)	(58.624)	(16)	(58.640)
Destinação do lucro									
Absorção de prejuízos acumulados				(58.624)		58.624			
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	164.803	23.304	126.816	4.966	(12.951)		306.938	66	307.004
Contribuições dos acionistas	5.400						5.400		5.400
Prejuízo do exercício						(96.297)	(96.297)	(1)	(96.298)
Destinação do lucro									
Reserva legal		(23.304)				23.304			
Absorção de prejuízos acumulados				(4.966)		4.966			
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	170.203		126.816		(12.951)	(68.027)	216.041	65	216.106

**PUBLICIDADE LEGAL**  
ATAS / BALANÇOS / EDITAIS**(41) 3333-9800**

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)

Documento final gerado em 31/03/2026 09:32:43

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 944f37315e5017f291b77c4f3a0bf4a1b1445f8927ff7f4a16960bc4135a8d0b



#### Assinatura

**Assinado em:** 31/03/2026 09:32:49

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CPF:** 01993841938

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** a2eccdcab6356ffcb54d0f016f94d1f7



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.45.77	<a href="#">-25.442448699989</a> , <a href="#">-49.255835771562</a>	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





# BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ: 14.511.781/0001-93 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Sobreloja Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Curitiba, **Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro** Diretor Presidente

**A) Visão Organizacional**  
A Administração da BARI Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As suas atividades estão reguladas, prioritariamente, pelas Resoluções CMN nº 4.985, de 17.02.2022, e nº 4.676/2018, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, representados, em especial, por: a) financiamentos para aquisição de imóveis; b) compra de recebíveis imobiliários; e c) operações creditícias com lastros em bens imóveis ("home equity"), todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.

A Hipotecária integra o Conglomerado Prudencial Bari, liderado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A, que envolve, além das duas entidades referenciadas acima, a Bari Securitizadora S.A., atendendo a regulamentação em vigor. Esta última instituição se constituiu em parceira na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), visto que recebe, via cessões, créditos originados nesta sociedade para comporem os respectivos lastros.

**B) Atividade de Relevância no Contexto Corporativo**  
O Conglomerado Financeiro Bari contratou empresa especializada para assessora-lo no atendimento às novas regras operacionais, dadas pelas Resoluções CMN nºs 4966 e 5100, e Resoluções BCB nºs 219, 309 e 352. As alterações trazidas pelos citados normativos tiveram impactos importantes e foram implementadas a partir de jan/2025. Os principais impactos foram em relação a forma de contabilização e reconhecimento contábil dos custos atrelados a origemação de operações de crédito e, também, nos critérios de mensuração das provisões para perdas incorridas e esperadas nas operações de crédito.

**C) Destaques Operacionais**  
A seguir, informamos os saldos apurados de seus principais indicadores, de forma comparativa com os alcançados no encerramento do 2º semestre de 2024, a demonstrar evolução nos negócios, nada obstante o cenário econômico-financeiro ainda desafiador, com taxas de juros elevadas e inflação oscilante.

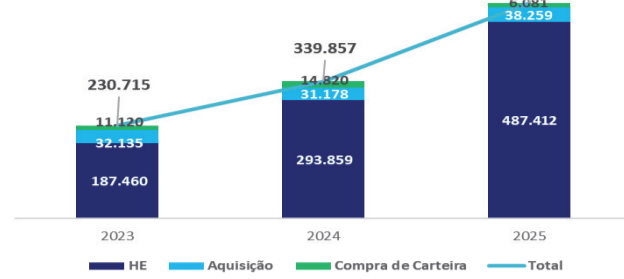
Período	Dez/25
Carteira (*)	531.752
PL	81.424
Lucro	12.055
LCI / LF	506.881
Provisões (**)	2,19%

R\$ mil  
(\*) - Em dez/2025 apresenta o saldo contábil bruto.  
(\*\*) - Provisões da carteira para perda esperada associada ao risco de crédito.

Em dez/2024, os cálculos foram realizados conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682, que dispunha sobre os procedimentos para classificação das operações de crédito e constituição de provisões. Já em dez/2025, os cálculos passaram a obedecer às diretrizes da Resolução CMN nº 4966, que introduziu uma nova metodologia baseada em perdas esperadas e classificação por estágios, em alinhamento com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS 9).

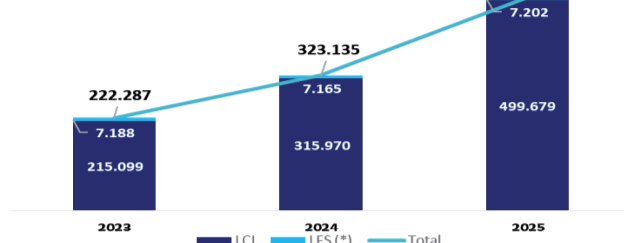
(\*) Letra Financeira Subordinada.

### C.1 - Carteira de Crédito



Conforme observado no quadro acima, o volume de operações de crédito encerrou o exercício de dez/2025 com um saldo de R\$ 532.752. Este montante representa um **incremento de 57,1%** em comparação ao fechamento de dez/2024, considerando a expansão da carteira no período.

### C.2 - Carteira de Captação



(\*) Letra Financeira Subordinada.

No tocante ao saldo de LCIs, principal meio de captação da Hipotecária, representando cerca de **98,6%** do total, experimentou uma evolução de **58,9%**, no comparativo dez/2024 com dez/2025.

**C3 - Rating**  
A Hipotecária detém a classificação "brBBB+", atribuído pela avaliadora Austin, conforme decisão de seu Comitê de Classificação de Risco, em reunião realizada em janeiro/2025, com perspectiva estável, e que representa uma elevação em relação à nota anterior, de "brBBB". O novo rating está fundamentado na metodologia de avaliação de risco de instituições financeiras. A Austin Rating entende que a Hipotecária possui solidez intrínseca adequada e qualidade de suporte externo moderado, representando, assim, baixo risco aos seus depositantes e credores em geral.

**D) Contexto Econômico-Financeiro**  
No âmbito interno, a liberação de créditos/financiamentos, de forma seletiva, derivou para operações originadas por nossos canais de distribuição de forma eficiente, respeitando os custos planejados. Tal eficiência advém do constante aperfeiçoamento e automação do processo de concessão, onde a esteira de contratação se insere entre as mais ágeis do mercado, com reduções significativas de tempo médio de análise e deferimento de solicitações de créditos.

**E) Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital**  
Conquanto os controles próprios estejam centralizados no Banco Bari, com suporte na regulamentação, Resolução CMN 4557, artigo 55, foi instituída na referida entidade uma Comissão para executar tal tarefa, que tem a presença, entre outros técnicos, de todos os diretores. Entre os temas a serem ali avaliados encontra-se a RAS, uma grade, estabelecida pelo normativo acima referenciado, com 11 (onze) indicadores de performance, em que constam os riscos toleráveis em operações distintas, alcançando as duas instituições. Realçamos, a respeito do indicador referente a risco socioambiental e climático, que elaboramos política para nortear nossas ações pertinentes, considerando a sua relevância no contexto atual, em que sobressai a necessidade de prevenir os efeitos do aquecimento climático e intempéries daí decorrentes. Merece relevância, ainda, a redução significativa de imóveis consolidados, ao amparo da Lei nº 9.514/97, que se reporta a aqueles retomados de clientes inadimplentes cujas obrigações estavam garantidas por alienação fiduciária, a revelar a assertiva da política prudente de crédito aqui implementada.

**F) Ambiente Digital**  
A Hipotecária também deu passos importantes na esfera digital, o que avançou seus negócios, trazendo economias processuais e agilidade nos exames de propostas de concessões creditícias, e tal tendência tecnológica seguiu firme e forte no 2º semestre de 2025.

O Conglomerado vem investindo em melhorias tecnológicas, agregando, paulatinamente, novos produtos à área digital, com o que se projeta alcançar outras categorias de clientes e obter maior volume de transações.

**Agradecimentos**  
Peias razões antes expostas, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e, em especial, ao corpo de colaboradores que nos ajudaram na trajetória positiva que logramos atingir.

Curitiba, 30 de março de 2026.  
**Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro**  
Diretor Presidente

## Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
<b>Circulante</b>		<b>200.112</b>	<b>Circulante</b>		<b>112.150</b>
Disponibilidades	5	685	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.b	85.503
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	42.817	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		26.647
Instrumentos financeiros		147.192	Outras obrigações		25
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		27.120	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	11	326
Carteira própria	6.a	115.532	Fiscais e previdenciárias	12	4.733
Operações de crédito		27.120	Diversas	13	21.563
Operação de crédito - Setor privado	7.a,b	118.097	<b>Não circulante</b>		<b>432.223</b>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7.c	(2.465)	Exigível a longo prazo		432.223
Outros ativos financeiros	8	4.440	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.a	414.176
Outros ativos financeiros		4.466	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		414.176
Provisão para perda impairment		(26)	Divida subordinada	10.b	7.202
Outros ativos	9	9.418	Letras financeiras subordinadas		7.202
Outros ativos		10.413	Outras obrigações		10.845
Provisão para impairment		(995)	Sociais e estatutárias		5.149
<b>Não circulante</b>		<b>425.685</b>	Fiscais e previdenciárias	12	12
Realizável a longo prazo		425.155	Diversas	13	5.684
Instrumentos financeiros		468.291	<b>Patrimônio Líquido</b>	15	<b>81.424</b>
Operações de crédito		468.291	Capital		
Operação de crédito - Setor privado	7.a,b	413.552	De Domiciliados no país	15.a	45.000
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7.c	(9.187)	Reservas de lucros	15.b.c	36.400
Ativos fiscais diferidos	18.c	4.708	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		24
Outros ativos financeiros	8	3.823	<b>Total do passivo</b>		<b>625.797</b>
Outros ativos financeiros		3.908			
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(85)			
Outros ativos	9	12.156			
Outros ativos		12.224			
Provisão para impairment		(68)			
<b>Permanente</b>		<b>530</b>			
Imobilizado de uso		299			
Outras imobilizações de uso		637			
Depreciações acumuladas		(538)			
<b>Intangível</b>		<b>231</b>			
Ativos intangíveis		384			
Amortizações acumuladas		(153)			
<b>Total do ativo</b>		<b>625.797</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2024	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Ajuste para a adoção inicial à Resolução nº 4.966/2021 e 352		45.000	6.469	20.417	-	19	71.905
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>		<b>45.000</b>	<b>6.468</b>	<b>20.417</b>	<b>(1.853)</b>	<b>(1.853)</b>	<b>70.051</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	6.a	-	-	-	5	-	5
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.055	-	12.055
Destinações:							
Constituição de reserva legal	15.e	-	603	-	(603)	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	15.e	-	-	8.912	(8.912)	-	-
Dividendos propostos	15.e	-	-	-	(687)	-	(687)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>45.000</b>	<b>7.071</b>	<b>29.329</b>	<b>11.373</b>	<b>5</b>	<b>81.424</b>
<b>Mutações do exercício</b>		<b>-</b>	<b>603</b>	<b>8.912</b>	<b>11.373</b>	<b>5</b>	<b>12.055</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	6.a	45.000	6.814	24.740	-	14	76.568
Lucro líquido do semestre		-	-	-	10	-	10
Destinações:							
Constituição de reserva legal	15.e	-	257	-	(257)	-	(0)
Constituição de reserva especial de lucros	15.e	-	-	4.589	(4.589)	-	-
Dividendos propostos	15.e	-	-	-	(293)	-	(293)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>45.000</b>	<b>7.071</b>	<b>29.329</b>	<b>11.373</b>	<b>5</b>	<b>81.424</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>-</b>	<b>257</b>	<b>4.589</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>4.856</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A BARI Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

### 2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

#### a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

#### b. Adoção de novas normas

O Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que trata de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e evidências das informações. Adicionalmente, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº 352/2023 que estabelece procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPI - Somente Pagamento de Principal e Juros), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, incluindo pisos mínimos obrigatórios e evidênciação de informações sobre instrumentos financeiros nas notas explicativas.

Concomitante à mudança trazida pela Resolução supracitada, também ocorreu a reformulação do Plano de Contas Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF (Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024).

A Lei 14.467/2022, alterou o tratamento tributário aplicado às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta lei entrou em vigor a partir de janeiro de 2025.

Foi publicada a MP nº 1.261 em 02/10/2024, convertida na Lei nº 15.078/2024, determinando o prazo para diferimento dos ativos diferidos originados a partir das perdas incorridas existentes em 31/12/2024, podendo ser em 84 ou 120 anos, condicionados, inicialmente a contabilização dessas perdas, na determinação do lucro real, para Imposto de Renda e Contribuição Social, a partir de janeiro/2026.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto na BARI Companhia Hipotecária.

#### Novas normas ainda não adotadas

Foi publicada a Lei 15.270 de 26 de novembro de 2025, altera a Lei nº 9.250 de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto de renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem alta renda e opa outras providências, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

#### c. Impactos provenientes da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 foram aplicadas de forma prospectiva e os ajustes de saldos contábeis foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2025 e contrapartida do Patrimônio Líquido (rubrica "Lucros Acumulados") com redução total de R\$ 1.853 proveniente de:

Descrição	Efeitos
Provisão para Perdas	(2.808)
(-) Efeito tributário	955
<b>(=) Efeito de transição no Patrimônio Líquido</b>	<b>(1.853)</b>

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em reunião 30 de março de 2026.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam

a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As revisões das estimativas e premissas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.d e 6c** - Critério de provisionamento: Mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito e contingências passivas.

#### e. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

##### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

##### b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atuados até a data do balanço.

##### c. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos e receitas diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados com base no modelo de negócios para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de somente principal e juros - teste SPPI), conforme a seguir:

(i) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros

(ii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamento de principal e juros

(iii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado quando não atendem aos critérios descritos acima

Os passivos financeiros são mensurados ao Custo Amortizado, exceto i) derivativos; ii) passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros; iii) passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; iv) compromissos de crédito e; e v) garantias financeiras prestadas.

##### Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representadas por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando a efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

##### Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito da Companhia são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificadas como habitacionais e empreendimentos, empréstimos com garantias de imóveis, Home Equity e também com limite de crédito com garantia imobiliária - LCGI.

As operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos tem suas receitas ou despesas reconhecidas no resultado pro-rata-dia, sendo que as operações que possuem receitas ou despesas diretamente atribuídas são apuradas com base na taxa de juros efetiva ("modelo padrão") nos termos do Art. 72 da Resolução BCB nº 352/2023.

## Demonstrações dos resultados

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

**I. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, semestralmente, na ocasião do levantamento do balanço, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**J. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Passivos contingentes** - São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. **Provisões** - São reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

**Obrigações legais** - Fiscais e previdenciárias - Referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas apenas se forem classificadas com risco provável.

**Depósitos judiciais** - São mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

**k. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**  
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

**Impostos diferidos**  
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

**l. Resultado recorrente e não recorrente**  
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Companhia assume-se que o lucro líquido da Companhia no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 5.139 e R\$ 12.055 respectivamente, foram obtidos exclusivamente com base em resultados recorrentes.

**m. Eventos subsequentes**  
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão de destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

**4 Classificação dos ativos e passivos financeiros**  
A Companhia classificou seus ativos e passivos financeiros, para o balanço de 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado abaixo:

	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	685	-	-	685
Aplicação Interfinanceira de liquidez	42.817	-	-	42.817
Títulos e valores mobiliários	-	-	27.120	27.120
Operações de crédito	531.752	-	-	531.752
Outros ativos financeiros	8.263	-	-	8.263
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>571.865</b>	-	<b>27.120</b>	<b>598.985</b>

	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
<b>Passivos</b>				
Recursos de aceites e emissão de títulos	499.679	-	-	499.679
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>499.679</b>	-	-	<b>499.679</b>

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente..

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025
Caixa	4
Depósitos bancários	681
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>685</b>

	31/12/2025
Operações compromissadas - Posição bancada	42.817
<b>Total de disponibilidades e equivalentes de caixa</b>	<b>43.502</b>

	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total de Operações	Perdas Esperadas Incorridas	Perdas Esperadas Adicionais	Provisões Totais
Ativos Não Problemáticos	515.679	1.951	517.630	-	8.301	8.301
Ativos Problemáticos inadimplidos	5.199	1.648	6.847	2.281	308	2.589
Ativos Problemáticos não inadimplidos	7.330	295	7.625	-	762	762

	2º sem/2025	31/12/2025
<b>Total</b>	<b>528.208</b>	<b>532.1022</b>

**c. Cessão de crédito - Compra e Venda**  
Durante o semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou operações com o intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios, através de aquisição créditos de terceiros, e essas operações auferiram rendas. Ainda durante o período em questão, a Companhia alienou parte da carteira de crédito por intermediação e estruturação pela parte relacionada, Bari Securitizadora S/A, através do patrimônio separado, para emissão de CRI. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, e também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

	2º sem/2025	31/12/2025
Aquisição de créditos de terceiros	1.031	7.708
Rendas auferidas	1.542	3.536
(-) Alienação de créditos	(24.887)	(45.164)

	2º sem/2025	31/12/2025
<b>8 Outros ativos financeiros</b>		
<b>Total</b>		<b>31/12/2025</b>

	2º sem/2025	31/12/2025
Aquisição de créditos de terceiros	1.031	7.708
Rendas auferidas	1.542	3.536
(-) Alienação de créditos	(24.887)	(45.164)

	2º sem/2025	31/12/2025
<b>8 Outros ativos financeiros</b>		
<b>Total</b>		<b>31/12/2025</b>

	2º sem/2025	31/12/2025
Aquisição de créditos de terceiros	1.031	7.708
Rendas auferidas	1.542	3.536
(-) Alienação de créditos	(24.887)	(45.164)

	2º sem/2025	31/12/2025
<b>8 Outros ativos financeiros</b>		

**c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

**c 1 Movimentação do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025:**

	Saldo Inicial em 01/01/2025	Constituição	Baixa	Saldo final em 31/12/2025
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para risco cível	136	105	(90)	152
Provisão para participação nos resultados	15	78	(13)	80
Outras provisões	303	136	(171)	269
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	1.408	1.645	(91)	2.962
MM de Títulos e Valores Mobiliários	(7)	28	(30)	(9)
<b>Ativo Fiscal Diferido - IRPJ</b>	<b>1.852</b>	<b>1.965</b>	<b>(365)</b>	<b>3.462</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido - IRPJ</b>	<b>(7)</b>	<b>28</b>	<b>(30)</b>	<b>(9)</b>
	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>Contribuição Social</b>				
Provisão para risco cível	50	38	(32)	56
Provisão para participação nos resultados	6	28	(5)	29
Outras provisões	106	49	(61)	94
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	508	593	(32)	1.069
MM de Títulos e Valores Mobiliários	(3)	10	(11)	(4)
<b>Ativo Fiscal Diferido - CSLL</b>	<b>670</b>	<b>708</b>	<b>(131)</b>	<b>1.247</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido - CSLL</b>	<b>(3)</b>	<b>10</b>	<b>(11)</b>	<b>(4)</b>
	-	-	-	-
<b>TOTAL Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>2.532</b>	<b>2.673</b>	<b>(496)</b>	<b>4.708</b>
<b>TOTAL Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(10)</b>	<b>38</b>	<b>(40)</b>	<b>(12)</b>

**Conciliação dos efeitos para o período**  
 Efeito no Resultado 2.176  
 Efeito no Patrimônio Líquido (2)

**c 2 Movimentação do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025:**

	Saldo Inicial em 01/07/2025	Constituição	Baixa	Saldo final em 31/12/2025
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para risco cível	100	97	(46)	152
Provisão para participação nos resultados	40	40	-	80
Outras provisões	303	-	(34)	269
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	2.489	485	(12)	2.962
MM de Títulos e Valores Mobiliários	(6)	1	(4)	(9)
<b>Ativo Fiscal Diferido - IRPJ</b>	<b>2.932</b>	<b>1.862</b>	<b>1.965</b>	<b>6.759</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido - IRPJ</b>	<b>(5)</b>	<b>(7)</b>	<b>28</b>	<b>16</b>
	-	-	-	-
<b>Contribuição Social</b>				
Provisão para risco cível	37	35	(16)	56
Provisão para participação nos resultados	15	14	-	29
Outras provisões	106	49	(61)	94
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	898	175	(4)	1.069
MM de Títulos e Valores Mobiliários	(2)	0	(2)	(4)
<b>Ativo Fiscal Diferido - CSLL</b>	<b>1.056</b>	<b>670</b>	<b>707</b>	<b>2.433</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido - CSLL</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>10</b>	<b>4</b>
	-	-	-	-
<b>TOTAL Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>3.988</b>	<b>2.532</b>	<b>2.673</b>	<b>9.193</b>
<b>TOTAL Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(7)</b>	<b>(10)</b>	<b>38</b>	<b>20</b>

**Conciliação dos efeitos para o período**  
 Efeito no Resultado 720  
 Efeito no Patrimônio Líquido (5)

	2026	2027	2028	acima de 3 anos	Total
<b>Crédito Tributário de Imposto de Renda</b>					
Ativo Diferido: Diferenças Temporárias Tributáveis	411	459	66	2.526	3.462
Passivo Diferido: Diferenças Temporárias	9	-	-	-	9
Valor Presente	362	341	42	1.621	2.366
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>					
Ativo Diferido: Diferenças Temporárias Tributáveis	148	165	24	909	1.246
Passivo Diferido: Diferenças Temporárias	3	-	-	-	3
Valor Presente	130	123	15	583	852

A seguir será apresentado a proporção da realização de acordo com os prazos estabelecidos, sendo:

	2026	2027	2028	acima de 3 anos
Provisão de contingência - Outros Passivos	47,3%	52,7%	0,0%	0,0%
Provisão Desvalorização de Imóveis	6,4%	93,6%	0,0%	0,0%
Carteira Normal PDD	7,6%	2,8%	0,0%	89,7%
Carteira Estoque PDD	10,0%	10,0%	10,0%	70,0%
Participação no Lucros	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de captação anual de 107,01% do CDI.

**21 Estrutura de gerenciamento de riscos**

Conforme a regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco estão centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"). A instituição atua como líder do Conglomerado Prudencial Bari e está enquadrada no Segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017. Além do Banco, o conglomerado é composto pela Bari Companhia Hipotecária e pela Bari Securitizadora S.A.

A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

**(i) Risco de crédito**  
 A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comportamento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, tanto aqueles definidos por modelos internos, a fim de atender a complexidade do negócio, quanto aqueles previstos pelos órgãos reguladores, visando alcançar boas práticas de mercado.

O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

**(ii) Risco operacional**  
 Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimentos de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

**(iii) Gestão de continuidade de negócio**  
 A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo.

**(iv) Risco de mercado e de Taxa de Juros**  
 Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros detidos pelas instituições do Bari.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros possui, ainda, um escopo focado no controle do risco do descasamento das posições ativas e passivas no locante às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

**(v) Risco de liquidez**  
 A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao Risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização.

O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são acompanhados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

**(vi) Gerenciamento de capital**  
 Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:  
 I – monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;  
 II – avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;

III – planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição.  
 O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamentar.

**(vii) Risco Social, Ambiental e Climático**  
 Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:  
**Risco climático de transição:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

**Risco climático físico:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível ao risco, tanto para a ocorrência de dano social ou ambiental associado às contrapartes quanto à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluímos as operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos.

Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de coibir irregularidades na área aqui tratada.

**22 Outras informações**

**a. Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia) conglomerado**  
 A Companhia detém capital social de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para avançar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., com 99% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2025, foi de 21,49% e está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

**DIRETORIA**

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro - Diretor Presidente  
 Evaldo Leandro Perussolo - Diretor Superintendente  
 Mateus Vargas Fogaça - Diretor Executivo

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**

Cristiane Aparecida Damrat - Contadora CRC PR 063966/O-2

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos diretores da Bari Companhia Hipotecária**

**Curitiba - PR**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Bari Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Hipotecária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referente ao período de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução 4.989/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalvas relacionada a este assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Hipotecária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Hipotecária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Hipotecária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Hipotecária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Hipotecária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Hipotecária a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de março de 2026.  
 KPMG Auditores Independentes Ltda.  
 CRC SP-014428/O-8 F-PR  
 Marco Antonio Pontieri  
 Contador CRC 1SP153568/O-0

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



Documento final gerado em 31/03/2026 09:33:50

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 8b7b688b9b55182a114667ae27ba1e15b7d04549319f2c7c1266abcb2cf066ca



#### Assinatura

**Assinado em:** 31/03/2026 09:33:58

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CPF:** 01993841938

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** 8c6248313814a200cb05249c859f042a



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.45.77	<a href="#">-25.442409793078</a> , <a href="#">-49.25582304094</a>	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





# BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S.A.

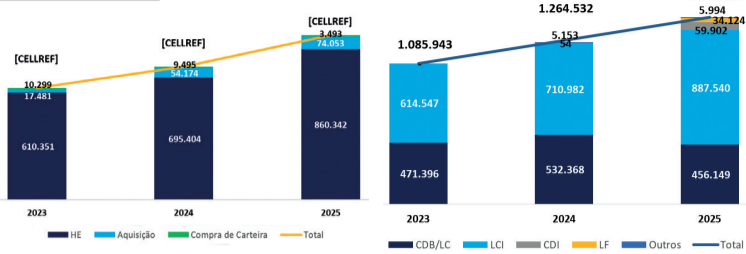
CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR - www.bancobari.com.br

Srs. Acionistas,  
**A) Apresentação das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
 A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, este composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo parecer sem ressalva dos auditores independentes, KPMG Auditores, referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

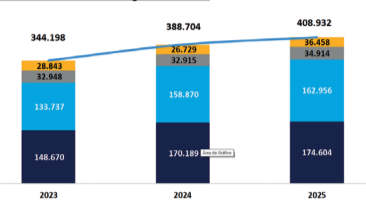
• **Ciclos de Avaliação de Desempenho:** Condução estruturada para fortalecer a cultura de feedback e o desenvolvimento contínuo.  
 • **Ciclos de Meta:** Acompanhamento estruturado para potencializar a cultura de resultados.  
 • **Desenvolvimento de Liderança e Equipe:**  
 • **Teambuilding de Liderança:** Atividades voltadas para o fortalecimento do trabalho em equipe e da atuação colaborativa.  
**Pesquisa de Clima Organizacional:** Iniciativa com o objetivo de tornar nossa empresa um lugar cada vez melhor para se trabalhar.  
 • **Conscientização e Bem-Estar**  
**Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral no Trabalho:** Campanha de sensibilização e reforço de boas práticas no ambiente corporativo.  
 • **Ações de engajamento:** Iniciativas ao longo do exercício, como Janeiro Branco, Dia da Mulher, Dia das Mães, dias dos Pais, Dia do Orgulho, Café Juninho/Julino e Natal solidário.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Carteira de Crédito - Imobiliário



Carteira de Crédito - Consignado e Cartão



**F) Governança Corporativa**  
 O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e, também, cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria. Adicionalmente, que o banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa. Dispõe, ainda, de: a) Código de Ética e Conduta; b) política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; c) Canal de Denúncias; d) Ações Internas de Sensibilização e Disseminação da Inclusão, com vistas a respeitar a diversidade; e) outros instrumentos de transparência de gestão, em total simetria com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Sobre o Conselho de Administração, informamos que se reúne anualmente com a auditoria interna terceirizada do Banco, com o objetivo de se inteirar do estado dos controles internos aqui implementados, visando, caso necessário, eventuais ajustes que possam resultar em aperfeiçoamentos.

### G) Rating

O Banco detém a classificação "Baa-4", com mudança de perspectiva de estável para positiva na revisão de rating anual ocorrida na data de 26 de novembro de 2025, atribuído pela avaliadora Moody's. A mudança para a perspectiva positiva é um reconhecimento do fortalecimento contínuo da rentabilidade do banco após os investimentos realizados em 2022 e 2023, que foi fomentado pelo crescimento das operações de crédito conjugado com eficiência operacional. Além disso, a perspectiva reflete uma maior diversificação dos instrumentos e canais de captação. O banco tem acessado novos instrumentos de dívida e expandido sua oferta por meio de uma plataforma própria, reduzindo a dependência de captações de mercado.

### H) Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital

Em consonância com as prescrições da Resolução CMN nº 4.557/17,

elegemos setores para aturar no controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco social, risco ambiental, risco climático, risco de gerenciamento de capital, entre outros, e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO), presente que centralizamos essas atividades no Banco, envolvendo ainda a controlada Bari Cia Hipotecária. Testes de estresse são realizados semestralmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. Conquanto estejamos desobrigados de criar um Comitê para acompanhamento da evolução dos diversos riscos, conforme indicado na resolução acima para entidades em que nos inserimos, de classe S4, instituímos uma Comissão para executar tal tarefa, que tem a presença, entre outros técnicos, de todos os diretores e reuniões trimestrais. Entre os temas a serem ali avaliados encontra-se a RAS, uma grade, instituída pela citada Resolução CMN 4557, com 11 (doze) indicadores de performance, no nosso caso, em que constam os riscos toleráveis em operações distintas. Realçamos, a respeito do indicador referente a risco socioambiental e climático, que elaboramos política para nortear nossas ações pertinentes, considerando a sua relevância no contexto atual, em que sobressai a necessidade de prevenir os efeitos do aquecimento climático e intempéries daí decorrentes.

**I) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)**  
 O Banco e suas controladas Bari Hipotecária e Bari Securitizadora tem suas atividades no particular definidas em política, que apresenta como objetivo formalizar as diretrizes e definir os papéis e responsabilidades para prevenir a utilização das empresas do Conglomerado Prudencial Bari (Conglomerado) em práticas de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, em conformidade com as exigências legais e regulamentares específicas constantes na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, e complementos, Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, Circular BACEN nº 3.778, de 23 de janeiro de 2020, Carta Circular BACEN nº 4.001, de 29/01/2020 e pelas Normas emitidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Este tema vem ganhando proeminência, na atualidade, frente a diversas ocorrências em mercado que recomendam atenção diferenciada de prevenção a esse respo.

### Agredimento

Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar pleno engajamento na construção de um banco moderno e competitivo

Curitiba, 30 março de 2026.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro - Diretor Presidente

**B) Visão Organizacional**  
 Banco Bari é especializado em dois produtos, quais sejam: a) crédito consignado, com a quase integralidade de convênios firmados com entidades públicas repassadoras, para atendimento a seus servidores; e b) crédito imobiliário, com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis para pessoas físicas e jurídicas. Também pode ser classificado como um banco digital, já que a maior parte dos seus produtos e serviços são efetivados de forma virtual.

**C) Atividades de Relevância no Contexto Corporativo**  
 O Conglomerado Financeiro Bari contratou empresa especializada para assessorá-lo no atendimento às novas regras operacionais, ditas pelas Resoluções CMN nº 4966 e 5100, e Resoluções BCB nº 219, 309 e 352. As alterações trazidas pelos citados normativos tiveram impactos importantes e foram implementadas a partir de jan/2025. Os principais impactos foram em relação a forma de contabilização e reconhecimento contábil dos custos atrelados a origemação de operações de crédito e, também, nos critérios de mensuração das provisões para perdas incorridas e esperadas nas operações de crédito.

**D) Área Administrativa**  
 Realizamos diversas ações e reuniões informativas periódicas sobre a evolução dos negócios do Conglomerado Financeiro Bari, além de abordagem sobre novos produtos, melhorias e novidades no nosso app e plataformas digitais, em que parcela relevante do funcionalismo vem marcando presença.  
 Seguindo a disposição de apoio a medidas de motivação, transparência e valorização do quadro funcional, diversos programas nesta linha foram desenvolvidos, dos quais selecionamos os seguintes:

**E) Destaque Operacionais**  
 Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício de 2025.

31/12/2025	31/12/2024
a) Patrimônio Líquido:	201.279
b) Ativos de crédito:	1.345.649
c) Captações:	1.470.406
d) Índice de Basileia:	21,49%
e) Lucro do período:	35.480
f) *ROAE:	18,7%

**Carteira de Crédito**  
 g) Atraso > 90 dias: 2,96%  
 h) Atraso > 180 dias: 1,20%  
 \*ROAE: refere-se ao retorno sobre o patrimônio líquido méio.  
 O lucro auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consoante item "e" supra, segue apresentando resultado condizente com o nosso porte e projeções efetuadas no início do exercício aqui sob referência, e ainda se valendo das economias geradas por constantes investimentos em tecnologia. Vale resaltar a evolução da carteira de crédito, que registrou crescimento de 19,07% no segmento imobiliário e de 4,95% no crédito consignado quando se observa os dois gráficos abaixo apresentados, compreendendo exercício entre 31 de dezembro de 2025.

### Captações

Com fulcro nos dados do quadro acima, podemos observar que as captações experimentaram incremento próximo a 14,17% no exercício de dez/2024 e dez/2025 e de 32,95% no exercício de dez/2023 a dez/2025, sendo realizadas em volume crescente por via app, o que trouxe agilidade e comodidade aos nossos correntistas, que disponibilizamos a eles investidores demonstrativos mensais acerca de suas aplicações.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em milhares de Reais)		Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 - (Valores expressos em milhares de Reais)	
Ativo	Nota	Passivo	Nota
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Disponibilidades	5	Depósitos e demais instrumentos financeiros	12.a
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	Depósitos	12.a
Instrumentos financeiros	5	Depósitos a prazo	12.a
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.a	Depósitos interfinanceiros	12.a
Carteira própria	6.c	Outros depósitos	12.b
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.c	Recursos de aceite de emissão de títulos	12.b
Operações de crédito	7	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	13
Operações de crédito - setor privado	7	Relações interfinanceiras	13
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7	Transações de pagamento	14
Outros ativos financeiros	8	Outras obrigações	14
Outros ativos financeiros	8	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	14
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	8	Sociais e estatutárias	15
Outros ativos	9	Fiscais e previdenciárias	15
Outros ativos	9	Diversas	16
Provisão para impairment	9		
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Exigível a longo prazo	
Instrumentos financeiros		Depósitos e demais instrumentos financeiros	12.a
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.b	Depósitos	12.a
Vinculados a garantia de operações	6.b	Depósitos a prazo	12.a
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	Depósitos interfinanceiros	12.a
Operações de crédito	7	Outros depósitos	12.b
Operações de crédito - setor privado	7	Recursos de aceite de emissão de títulos	12.b
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	13
Ativos fiscais diferidos	23	Letra financeira	14
Outros ativos financeiros	8	Outras obrigações	14
Outros ativos financeiros	8	Sociais e estatutárias	15
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	8	Fiscais e previdenciárias	15
Outros ativos	9	Diversas	16
Outros ativos	9		
Provisão para impairment	9		
Permanente		Patrimônio líquido	
Investimentos	10	Capital	18.a
Investimentos em participações em coligadas e controladas	10	De domiciliados no país	18.a
Imobilizado de uso		Aumento de capital	
Outras imobilizações de uso		Reservas de lucros	
Depreciações acumuladas		Ajustes de avaliação patrimonial	
Intangível	11		
Ativos intangíveis			
Amortizações acumulada			
Total do ativo		Total do passivo	

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2024	Nota	Reserva de Lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
		Capital Social	Aumento de Capital	Legal	Estatutária/Especial			
Ajuste inicial da adoção à Resolução nº 4.966/2021		104.500	8.092	52.794	(8.066)	5.827	(1)	171.212
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2025</b>		<b>104.500</b>	<b>8.092</b>	<b>44.728</b>	<b>(8.066)</b>	<b>5.827</b>		<b>163.147</b>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	5	15.500	45.000	(1.289)	-	(3.834)	-	35.844
Aumento de capital		-	-	-	-	-	35.480	35.480
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	35.480	35.480
Destinações:								
Reserva legal	18.b	-	1.774	-	-	-	(1.774)	-
Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido	18.c	-	-	3.053	-	-	(3.053)	-
Dividendos	18.d	-	-	(20.547)	-	-	(17.853)	(38.400)
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	(1.524)	-	-	(12.800)	(14.324)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>120.000</b>	<b>45.000</b>	<b>9.866</b>	<b>24.421</b>	<b>1.993</b>		<b>201.280</b>
<b>Mutações do exercício</b>		<b>15.500</b>	<b>45.000</b>	<b>1.774</b>	<b>(20.307)</b>	<b>(3.834)</b>		<b>38.133</b>
<b>Saldos em 1 de julho de 2025</b>		<b>120.000</b>	<b>-</b>	<b>9.028</b>	<b>56.902</b>	<b>2.335</b>		<b>188.265</b>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	6	-	-	-	-	(342)	-	(342)
Aumento de capital		-	45.000	-	-	-	45.000	45.000
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	16.782	16.782
Destinações:								
Reserva legal	18.b	-	838	-	-	-	(838)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	18.c	-	-	(1.909)	-	-	1.909	-
Dividendos	18.d	-	-	(20.547)	-	-	(17.853)	(38.400)
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	(10.025)	-	-	(10.025)	(20.280)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>120.000</b>	<b>45.000</b>	<b>9.866</b>	<b>24.421</b>	<b>1.993</b>		<b>201.280</b>
<b>Mutações do semestre</b>		<b>-</b>	<b>45.000</b>	<b>838</b>	<b>(32.481)</b>	<b>(342)</b>		<b>13.015</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**  
 O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

**2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras**  
**a. Base de elaboração das demonstrações financeiras**  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Conforme consta no Art. 79 da Resolução nº 4.966/2021, as instituições ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

**Adoção de novas normas**  
 O Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que trata de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) e evidênciação das informações.  
 Adicionalmente, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº 352/2023 que estabelece procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPI - Somente Pagamento de Principal e Juros), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, incluindo pisos mínimos obrigatórios e evidênciação de informações sobre instrumentos financeiros nas notas explicativas.  
 Concomitante à mudança trazida pela Resolução supracitada, também ocorreu a reformulação do Plano de Contas Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF (Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024).  
 \* As referidas normas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.  
 Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 30 de março de 2026.

**b. Impactos provenientes da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023**  
 A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 foram aplicadas de forma prospectiva e os ajustes de saldos contábeis foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2025 e contrapartida do Patrimônio Líquido (rubrica "Lucros Acumulados") com redução total de R\$ 8.066 proveniente de:

### Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas. As operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos tem suas receitas ou despesas reconhecidas no resultado *pro-rata-day*, sendo que as operações que possuem receitas ou despesas diretamente atribuídas são apuradas com base na taxa de juros efetiva ("modelo padrão") nos termos do Art. 72 da Resolução BCB nº 352/2023.

**e. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**  
 A provisão para perdas esperadas do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. é constituída com base na metodologia simplificada, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 para seus ativos financeiros. A Companhia considera os prazos de vencimentos e os percentuais mínimos estabelecidos nos Artigos 76 a 78 para constituição de provisão para perdas incorridas (ativos inadimplidos) e para constituição de provisão adicional. Adicionalmente classificou os ativos financeiros em C1 a C5 considerando o tipo do produto e as garantias das operações conforme determinado pelo Art. 81 da Resolução BCB nº 352/2023.

De forma complementar, a Companhia realiza *backtests* anuais considerando dados históricos, comparando as perdas observadas com os níveis de provisão mínimos constituídos, e caso seja identificada insuficiência, é realizado ajuste complementar (Provisão para Perdas Esperadas) em conformidade com o artigo 79, inciso III da Resolução BCB nº 352/2023.

O Banco efetua a baixa dos ativos financeiros para prejuízo quando a provisão para perdas chega no percentual de 100%.

**f. Outros ativos**  
 Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.

**g. Investimentos**  
 Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

**h. Ativo imobilizado**  
 Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.  
 É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

Taxa - %	
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

**i. Ativo intangível**  
 Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)		Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)	
Nota	2º Sem/2025	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre		16.782	35.480
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		3.697	8.774
Equivalência patrimonial	10	(6.332)	(13.840)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	(11.751)	(17.363)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7.b	6.943	14.725
Provisão para outros ativos financeiros		16	29
Provisão (reversão) para outros ativos		-	1.021
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17.c	239	156
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23	(1.063)	2.955
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	23	1.240	2.771
Participação dos empregados (Aumento) redução nos ativos operacionais:		313	558
Títulos e valores mobiliários		(57.503)	(52.622)
Operações de crédito		(110.257)	(202.738)
Outros ativos financeiros		(5.335)	(19.958)
Outros ativos		815	(8.905)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos a vista e a prazo		29.465	(79.978)
Recursos de aceite de emissão de títulos		145.544	65.863
Relações interfinanceiras		83	

forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

**Resultados recorrente e não recorrente**

O resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 16.782 e R\$ 35.480, respectivamente, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciando todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

**q. Adoção de novas normas**

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a aderência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência de contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

A Lei 14.467/2022, alterou o tratamento tributário aplicado às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Lei entrou em vigor a partir de janeiro de 2025.

Foi publicada a MP nº 1.261 em 02/10/2024, convertida na Lei nº 15.078/2024, determinando o prazo para diferimento dos ativos diferidos originados a partir das perdas incorridas existentes em 31/12/2024, podendo ser em 84 ou 120 atos, condicionados, iniciando a contabilização dessas perdas, na determinação do lucro real, para imposto de Renda e Contribuição Social, a partir de janeiro/2026.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

**r. Eventos subsequentes**

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas no semestre e exercício de 31 de dezembro de 2025.

**r. Classificação dos ativos e passivos financeiros**

O Banco classificou seus ativos e passivos financeiros, para o balanço de 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>
Passivos					
Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1.286	-	1.286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

**5. Caixa e equivalente de caixa**

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total
Disponibilidades	1.796	-	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104	93.476
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>	<b>1.586.520</b>

Passivos

Depósitos	547.457	-	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1,286	-	1,286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

5. Caixa e equivalente de caixa

Ativos	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados	Valor Justo em Resultados Abrangentes	Total

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos				Conciliação dos efeitos			IRPJ	CSLL	Total Exercício
Saldo inicial em 01/07/2025	Constituição	Baixa	Saldo final em 31/12/2025	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	
Imposto de renda									
Prejuízo Fiscal Base IRPJ	17.788	619 (381)	18.026						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.062	463 (796)	4.729						
Provisão para contingências	212	59 (10)	261						
MTM instrumentos financeiros									
hedge accounting	(4.687)	(693)	(2.960)						
MTM Títulos e Valores Mobiliários	5	(2)	93						
Outras provisões	396	89 (54)	431						
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>23.463</b>	<b>1.230</b>	<b>(1.241)</b>	<b>23.540</b>					
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(4.687)</b>	<b>(695)</b>	<b>2.510</b>	<b>(2.960)</b>					
<b>Contribuição social</b>									
Base negativa de CSLL	14.232	495 (305)	14.422						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.020	370 (637)	3.754						
Provisão para contingências	170	47 (8)	209						
MTM instrumentos financeiros									
hedge accounting	(3.751)	(555)	(2.369)						
MTM Títulos e Valores Mobiliários	3	(1)	72						
Outras provisões	282	71 (43)	309						
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>18.706</b>	<b>984</b>	<b>(993)</b>	<b>18.768</b>					
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(3.751)</b>	<b>(556)</b>	<b>2.008</b>	<b>(2.369)</b>					
<b>Total Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>42.170</b>	<b>2.214</b>	<b>(2.234)</b>	<b>42.308</b>					
<b>Total Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(8.437)</b>	<b>(1.251)</b>	<b>4.518</b>	<b>(5.329)</b>					
<b>Conciliação dos efeitos</b>									
Efeito no Resultado		IRPJ (249)	CSLL (199)	Total Semestre (448)					
Efeito no Patrimônio Líquido		88	1.452	1.540					
Efeito Prejuízo Fiscal - Resultado		238	190	428					
<b>Total</b>		<b>77</b>	<b>1.443</b>	<b>1.520</b>					
<b>Saldo inicial em 01/01/2025</b>									
Imposto de renda									
Prejuízo Fiscal Base IRPJ	18.759	855 (1.587)	18.027						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.137	1.716 (1.328)	7.525						
Provisão para contingências	238	68 (45)	261						
MTM instrumentos financeiros									
hedge accounting	(4.471)	(1.435)	(2.945)	(2.961)					
MTM Títulos e Valores Mobiliários	30	(30)	93	93					
Outras provisões	412	252 (232)	432						
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>26.576</b>	<b>2.891</b>	<b>(3.192)</b>	<b>26.338</b>					
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(4.471)</b>	<b>(1.465)</b>	<b>3.038</b>	<b>(2.961)</b>					
<b>Contribuição social</b>									
Base negativa de CSLL	15.006	684 (1.269)	14.421						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.709	1.373 (1.062)	6.020						
Provisão para contingências	191	54 (36)	209						
MTM instrumentos financeiros									
hedge accounting	(3.576)	(1.149)	(2.356)	(2.369)					
MTM Títulos e Valores Mobiliários	23	(23)	74	74					
Outras provisões	-	532 (186)	346						
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>20.929</b>	<b>2.643</b>	<b>(2.553)</b>	<b>21.070</b>					
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(3.576)</b>	<b>(1.172)</b>	<b>2.430</b>	<b>(2.369)</b>					
<b>Total Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>47.505</b>	<b>5.534</b>	<b>(5.745)</b>	<b>47.408</b>					
<b>Total Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(8.047)</b>	<b>(2.637)</b>	<b>5.468</b>	<b>(5.330)</b>					

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras			
Ao Conselho de administração e Acionistas do Banco Bari S.A. Curitiba/ PR			
Opinião			
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.			
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).			
Base para opinião			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Ênfase			
Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras que			

Diretoria				Conselho de Administração				Responsável Técnica	
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro Diretor Presidente				Ivo Luiz Roveda Presidente				Cristiane Aparecida Damrat Contadora CRC PR 063966/O-2	
Evaldo Leandro Perussolo Diretor Superintendente		Mateus Vargas Fogaça Diretor Executivo		Enio Fornea Júnior Vice Presidente Felix Archanjo Bordin Conselheiro		Antônio Bordin Neto Conselheiro Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro Conselheiro			

descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referente ao período de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalvas relacionada a este assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

**d. Obrigações fiscais diferidas**

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 5.329 em 31 de dezembro de 2025, referem-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de hedge de fluxo de caixa e títulos e valores monetários, marcados a mercado.

**24. Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. O índice de Basileia de 21,49, apurado de acordo com os preceitos regulamentares para o período findo em 31 de dezembro de 2025, representativo para o Conglomerado Prudencial Bari.

Patrimônio de referência  
Índice de Basileia BACEN

**25. Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital**

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Prudencial Bari que é composto pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., sendo o Banco Bari líder do Conglomerado e instituição enquadrada no segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553 de 30/01/2017.

A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

**(i) Risco de crédito**

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comportamento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, a fim de atender a complexidade do negócio e visando alcançar boas práticas de mercado.

O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

**(ii) Risco operacional**

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimentos de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

**(iii) Gestão de continuidade de negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo.

**(iv) Risco de mercado e de Taxa de Juros**

Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros devedores pelas instituições do Bari.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros possui, ainda, um escopo focado no controle do risco do descasamento das posições ativas e passivas no que concerne às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

**(v) Risco de liquidez**

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização.

O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são acompanhados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

**(vi) Gerenciamento de capital**

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamentar.

**(vii) Risco Social, Ambiental e Climático**

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:

- **Risco climático de transição:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
- **Risco climático físico:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível ao risco, devido à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluímos as operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos.

Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de cobrar irregularidades na área aqui tratada.

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de março de 2026

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

**Marco Antonio Pontieri**  
Contador CRC 15P153569/O-0

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



Documento final gerado em 31/03/2026 09:34:29

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 4ba73e73292ab0276be3841ec2156e4a3dc1c1e7f6a4924a4253938b3d4a575b



#### Assinatura

**Assinado em:** 31/03/2026 09:34:34

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CPF:** 01993841938

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** 5e0d6f6336c38d04b0df5700b85071ac



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.45.77	<a href="#">-25.442409793078</a> , <a href="#">-49.25582304094</a>	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



S/A MOAGEIRA E AGRICOLA  
CNPJ Nº. 78.143.146/0001-83  
Assembleia Geral Ordinária  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas da S.A Moageira e Agrícola para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2026, às 9:30 horas, na sede social à Rua da Liberdade, nº.207, em Irati-Pr., para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia:

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

a)-Apreciação e aprovação do relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2025, b)-Destinação do Resultado do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, c)-Aprovação da distribuição de dividendos d)-Eventuais assuntos de interesse social

Aviso: Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº.6.404/76, relativos ao exercício de 2025.

Irati, 24 de março de 2026  
MARCELO VOSNIKA-Diretor

**DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.**

CNPJ/MF nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta  
**AVISO AOS ACIONISTAS**

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Quatro Barras/PR, 30 de março de 2026.

**Cristiane de Fatima Fiaila** - Diretora Adm., Financ e DRI.



**FINAXIS**

**BANCO FINAXIS S.A.**

CNPJ/MF nº 11.758.741/0001-52 - NIRE 41.300.079.358

**ANÚNCIO AOS ACIONISTAS**

**BANCO FINAXIS S.A.** ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, informa que encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia na sua sede social, localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, CEP 80250-104, (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como os documentos e informações relacionados às demais matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A Companhia esclarece, ainda, que a publicação dos documentos, conforme exigido pela legislação aplicável, será oportunamente realizada pela Companhia no jornal Diário Indústria & Comércio.

Curitiba, PR, 27 de março de 2026  
**Administração da Companhia**

# Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte  
nossa **equipe**

41 3333-9800

[publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)

[pl@induscom.com.br](mailto:pl@induscom.com.br)

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



Documento final gerado em 31/03/2026 09:35:20

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 7bab7a590a87600c3ecd0fefeccca1974caaab6b4573d917f5b75b797942b42



#### Assinatura

**Assinado em:** 31/03/2026 09:35:25

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CPF:** 01993841938

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** 64648dd6063d0f7767b639c6a19d19ea



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.45.77	<a href="#">-25.442409793078</a> , <a href="#">-49.25582304094</a>	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

